

Constituinte recebe seis novos integrantes

Após 46 dias de sua instalação, a Assembleia Nacional Constituinte recebeu ontem seis novos integrantes. Eles foram empossados em substituição aos deputados que assumiram cargos nos governos estaduais. O deputado Osvaldo Lima Filho (PMDB-PE), que também era esperado, não compareceu. De Minas Gerais vieram os deputados Israel Pinheiro Filho, Sérgio Naya, Paulo Almada e José Mendonça de Moraes, todos do PMDB. O Estado de São Paulo enviou para a Constituinte os deputados Hélio Rosas e Michel Temer, também do PMDB.

No Senado, tomam posse na próxima quarta-feira três novos senadores que substituem os governadores do Paraná, Mato Grosso do Sul e Pará. O senador Leite Chaves, procurador-geral da Justiça Militar, responsável pelo caso Rubens Paiva, já disse que antes de ir para a Constituinte pretende divulgar as informações que possui sobre o caso. No lugar do governador do Pará, Hélio Gueiros (PMDB), assumirá o senador João Menezes, do PFL e em substituição ao governador Marcelo Miranda, do Mato Grosso do Sul, o senador Mendes Canale, do PMDB.

Dos seis deputados que

tomaram posse ontem à tarde, numa solenidade rápida, três defendem o parlamentarismo. O mais entusiasmado deles é o veterano Israel Pinheiro Filho, hoje no PMDB, mas que já passou pelo PDS e PFL. Ele pretende integrar a comissão que irá tratar da legislação eleitoral, mas diz que eleição presidencial não é assunto para ser tratado agora.

Na opinião do deputado, o mandato do presidente José Sarney deveria ser fixado em cinco anos, mas acha impraticável uma eleição para presidente em 89. Como acredita que a tese do parlamentarismo acabará prevalecendo, Israel Pinheiro prevê que o presidente José Sarney ainda permanecerá no cargo durante um ano no novo sistema de governo. Com 56 anos e iniciando sua terceira legislatura, o deputado chega à Constituinte com muita disposição de luta.

Outro parlamentarista é o deputado José Mendonça de Moraes, que pela segunda vez foi eleito deputado federal. Mineiro de Tiros, obteve 30.456 votos na região do Alto Paranaíba. "Não sou da UDR, mas aceito voto de todo mundo", diz ele após comentar que possui mais de mil hectares de terras plantadas com soja, milho, café e ar-

roz. José Mendonça quer integrar a comissão que tratará dos assuntos fundiários, onde irá defender uma reforma agrária que respeite a propriedade privada produtiva. Dizendo-se fiel ao PMDB, é ligado ao governador Newton Cardoso e ao ex-governador Hélio Garcia.

Hélio Rosas, paulista, 57 anos, também de tendência parlamentarista. Quando fala de sua carreira política conta uma história: Era candidato a suplente do senador Mário Covas, mas 45 dias antes da eleição foi obrigado a disputar uma vaga como deputado federal. Foi eleito com 45 mil votos. "Dizem que conseguí mil votos por dia", diz sorridente. Antes foi deputado estadual por três legislaturas. E ligado ao funcionalismo civil e militar e atua na área tributária. Dentro do PMDB, é ligado ao governador Orestes Quercia.

Também de São Paulo, veio para a Assembleia Nacional Constituinte o ex-secretário de Segurança Pública do governo Montoro, Michel Temer. Este é o seu primeiro mandato e foi eleito com 43.747 votos. Com 46 anos, é professor de Direito Constitucional na PUC e procurador do Estado. O deputado defende uma maior autonomia do Poder Judiciário e agiliza-

ção da Justiça. E um defensor também do presidencialismo e acha que se a nova Constituição fixar o mandato de presidente da República em cinco anos, este deve ser também o prazo de mandato do presidente Sarney. Ligado ao ex-governador Franco Montoro, diz que fez um grande esforço na campanha de Orestes Quercia.

"Eu moro num avião onde tenho uma cama". Este é Sérgio Naya, empresário da construção civil, bastante conhecido em Brasília e eleito pelo PMDB de Minas Gerais. Diz que vive voando de um lugar para outro, mas encontrará tempo para trabalhar também na Constituinte. 44 anos, solteiro, diz que saiu candidato a pedido dos amigos da região da Zona da Mata, onde obteve 32 mil votos. Defende o presidencialismo e cinco anos de mandato para presidente da República.

O outro constituinte de Minas Gerais é Paulo Almada, 42 anos, eleito pelo PMDB com 31.500 votos. Ex-deputado estadual e advogado. "Queremos dar a nossa contribuição para que possamos traduzir os anseios do povo, elaborando uma Constituição sintética, profunda e voltada para os anseios da população brasileira", afirma ele.

LUIZ MARQUES



Homero Santos (D) empossa os deputados: Israel Pinheiro Filho (PMDB-MG) e Michel Temer (PMDB-SP)

CÂMARA

Posse nos Estados esvazia reabertura

Depois de toda a polêmica sobre se devia ou não funcionar simultaneamente com a Constituinte, a Câmara dos Deputados finalmente realizou ontem sua primeira sessão plenária do ano, que começou sem a presença do mais destacado defensor da reabertura da Casa, o líder do PDS, deputado Amaral Netto, que chegou com mais de uma hora de atraso.

Marcada para funcionar às segundas-feiras, quando os parlamentares geralmente estão ausentes de Brasília, a Câmara enfrentou, na sua reabertura, um contratempo a mais para o esvaziamento de seu plenário: a posse, nos estados, dos secretariados dos novos governadores. No máximo, conseguiu reunir ontem 45 deputados. E a ausência deles acabou contribuindo para que a sessão se estendesse por quase meia hora além do tempo regulamentar, ao invés de se encerrar mais cedo por falta de quorum.

A prorrogação foi provocada pela deputada Raquel Cândido (PFL-RO), que antes de iniciar forte discurso em que acusou o De-

partamento Nacional de Produção Mineral, do Ministério das Minas e Energia, de fazer o jogo das multinacionais, acusou também seus próprios colegas parlamentares de estarem ausentes para fazer "arranjos" e "conchavos" para preencher os cargos vagos da Constituinte.

Benedita da Silva (PT/RJ) e Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE) protestaram. Ambos lembraram que o trabalho dos deputados não se limitava ao plenário. Benedita pediu, ainda, que a deputada não citasse o PT como partido de conchavos; Maurílio acrescentou que o "sensacionalismo" da reclamação contra o esvaziamento do plenário contribuía para denegrir a imagem do Legislativo.

Estavam no plenário, quando Raquel Cândido subiu à tribuna, apenas 15 deputados. Irritada, ela rebateu os dois parlamentares. E quando o deputado César Cals Neto (PFL-CE) pediu um aparte, respondeu quase gritando, com o dedo em riste: "Um minuto só deputado Cals, porque a história tem muitos desses antepa-

sados". Era uma referência ao ex-ministro das Minas e Energia, César Cals, pai do deputado.

FUNARO SOB FOGO
Outro embate caloroso foi promovido pelos líderes do PDS, Amaral Netto, e do PMDB, Luiz Henrique, com o ministro da Fazenda, Dilson Funaro, na berlinda. O deputado pedesista havia repetido denúncia que vem fazendo desde o ano passado de que o ministro teria tomado empréstimos de órgãos governamentais para a fábrica de brinquedos Trol, de sua propriedade. Luiz Henrique rebateu-as, argumentando com os próprios documentos apresentados por Amaral Netto, mas este não se deu por vencido: "Eu não disse que o roubo se configurou".

O líder do PDS, antes se intitulara também de líder da minoria, sendo contestado por Amaury Muller (PDT-RS), que disse não aceitar sua liderança, sustentou que a supervalorização de um carro Monza pelo ministro da Fazenda, para efeito de concessão de incentivos fiscais à Trol pela Sudam, não se consumou

porque ele denunciou o fato da tribuna da Câmara. "Não achamos que V. Ex esteja mentindo; tendemos a crer que foi mal informado", considerou Luiz Henrique.

O ministro Dilson Funaro, que se livrou de prestar depoimento na Constituinte por uma manobra do PMDB que alegou não ser a Assembleia o fórum adequado para ouvi-lo, não escapará da Câmara. Pois bastou que a Casa realizasse uma sessão para que sua convocação fosse pedida.

SOMBRA MILITAR

A conjuntura econômico-financeira que o ministro da Fazenda terá que explicar na Câmara levou o país a "uma situação de pré-revolução", segundo o deputado Siqueira Campos (PDC-GO), ex-pedesista, para quem o Brasil está à beira de uma guerra civil. Quase na mesma linha, o comunista Aldo Arantes (PC do B-GO) alertou que "ou aceleramos o processo das eleições diretas-já, ou caminharemos para o caos, criando condições para novo golpe militar no país".

SENADO

Sem quorum, decisões ficam adiadas

Em uma sessão pouco produtiva em que nada pôde ser aprovado por falta de quorum, o movimento ficou por conta de discursos inflamados dos líderes dos partidos no Senado. A votação do requerimento para a designação de uma comissão especial para analisar a dívida externa brasileira, prevista para ontem, foi adiada para uma sessão extraordinária convocada para amanhã de manhã, e deve ter como relator o senador José Ignacio de Ferreira (PMDB/ES).

O senador amazonense Fábio Lucena (PMDB) provocou um debate com o líder do PDS, Jarbas Passarinho (PA), ao criticar o Governo por não ter aplicado a punição prevista ao general Octávio Medeiros, ex-chefe do SNI, que acusou o presidente José Sarney de estar tendo uma crise de au-

toridade, e ao coronel Antônio Carlos Brilhante Ustra, por ter escrito um livro e se inscrito contra regras disciplinares do Exército. Na defesa dos dois militares saiu o senador Jarbas Passarinho.

Ao se referir a Octávio Medeiros, Lucena disse que ele tinha atingido o generalato sem cumprir a carreira militar, trabalhando em gabinetes, inclusive, "de espionagem do Palácio do Planalto". Argumentando que ao deixar de aplicar a punição do Exército ao general, que terá sua carreira encerrada em junho, o senador disse que se está abrindo um grave precedente que, traz um perigo ainda maior, que é o de instalar nos meios militares a indisciplina.

— Desde que o presidente José Sarney assumiu o Governo, são in-

constantes os estalidos do inconformismo de uma minoria militar contra a ordem democrática instalada em nosso País, continuou Lucena, explicando que primeiro foi o ex-comandante militar do Planalto, Newton Cruz, hoje sentenciado a se sentar diante de um banco de júri popular; depois o irmão do ex-presidente João Baptista Figueiredo, Euclides Figueiredo, que depois de ter deixado o comando da ESG "saiu País a fora criticando de modo insurreto, subversivo e impune a autoridade do Presidente como comandante supremo das Forças Armadas".

Defendendo os dois militares, o líder Jarbas Passarinho, em aparte, alegou que o general Medeiros não foi do Exército, para quem, o que vale é a palavra do seu com-

panheiro. "Então não caberia punição a partir do momento em que houve o desmentido". Com relação ao coronel Brilhante Ustra, Passarinho disse que ele se defendeu de acusações feitas pela deputada Bete Mendes, mas o ministro do Exército considerou que o livro não era passível de punição.

CRITÉRIO PERVERSO

Em um outro discurso, como líder, o senador Jarbas Passarinho defendeu, desta vez, a Velha República, criticando os critérios do atual Governo para o Imposto de Renda da família perversa. "E uma fórmula perversa", considerou Passarinho, provando que entre o período de 1984 e 1986, houve um aumento de 130 por cento na tributação para os trabalhadores que ganham até 10 salários mínimos.